



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 169

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 145252-8/02 e 145252-8/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
EMBARGANTES: EMPRESA PEDROSA LTDA e HSBS SEGUROS BRASIL S/A  
EMBARGADO: ERNANDES NEVES CRISTIANO

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS PELA RÉ E PELA LITISDENUNCIADA DA AÇÃO ORIGINÁRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO INOCORRENTES. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DO OBJETO DA DEMANDA. CONHECIMENTO E REJEIÇÃO DE AMBOS.

- Imprescindível a ocorrência de omissão, contradição ou obscuridade na decisão embargada para atribuição de efeito infringente aos aclaratórios;
- As questões suscitadas no feito foram analisadas de modo claro e preciso, inexistindo lacuna no julgado;
- Embargos de Declaração não se prestam à análise de questões já analisadas. Ou seja, não é a via correta para se suscitar omissões, contradições e obscuridades inexistentes no julgado, devem as partes recorrer por vias próprias para tal finalidade;
- Conhecimento e Rejeição dos embargos.

A C Ó R D ã O

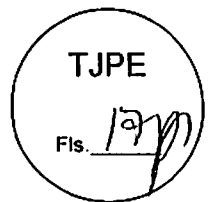
Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes deste órgão fracionário em **CONHECER e REJEITAR OS RECURSOS**, de conformidade com o Termo do Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

Sala de Sessões, em

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes  
Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



056

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 145252-8/02 e 145252-8/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
EMBARGANTES: EMPRESA PEDROSA LTDA e HSBS SEGUROS BRASIL S/A  
EMBARGADO: ERNANDES NEVES CRISTIANO

R E L A T Ó R I O

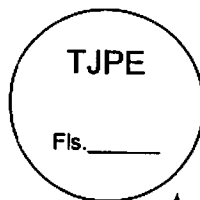
Tratam-se de dois Embargos Declaratórios opostos contra a decisão (fls. 284 B) proferida por esta E. Câmara nos autos da Apelação Cível apensa, pela qual, no mérito acordaram "(...) os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE APELAÇÃO (...)".

A ação envolve um pedido de indenização por danos morais e materiais e pensão mensal contra a EMPRESA PEDROSA LTDA, de transporte coletivo, em decorrência de acidente de trânsito (atropelamento) causador, segundo o disposto na exordial, de deficiência física no ora Embargado, definida como invalidez do tipo médio (fls. 107/108 e 143).

A EMPRESA PEDROSA LTDA embargou (fls. 02/06), evocando obscuridade e contradição no supracitado julgado. Insiste na alegação de que lhe seja imputada a responsabilidade subjetiva. Parte da premissa de não ter sido levantada nenhuma prova conclusiva capaz de caracterizar a culpabilidade de seu motorista empregado em relação ao referido atropelamento.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



057

Segundo a empresa, "jamais poderia se aplicar a teoria da responsabilidade objetiva (...), haja vista, que a denominada responsabilidade objetiva das empresas privadas prestadoras de serviços públicos é em relação ao contrato de transporte (art. 37, § 6º, da CF), o caso em questão não é daqueles cujo o dano fora provocado ao passageiro transportado, muito pelo contrário, o dano fora produzido em virtude de um atropelamento".

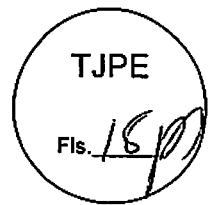
Ao final, requer a admissão dos presentes embargos com efeito infringente e a retificação do julgado.

HSBC SEGUROS BRASIL S/A também apresentou embargos, visando ao prequestionamento da matéria a seguir exposta, possibilitando futura interposição de Recurso Especial. Nas suas razões aduz que "Ao contra-arrazoar a Apelação em epígrafe, o EMBARGANTE afirmou a ausência do dever de indenizar, esclarecendo que o caso em questão foi de culpa exclusiva da vítima, não havendo a responsabilidade objetiva no caso subjudice". Em síntese, aduz omissão no que concerne à análise do alegado em relação a imputação da responsabilidade subjetiva à Embargante.

Levanta ainda omissão em relação à análise da inaplicabilidade da denunciação à lide à empresa seguradora. Reforça a sua tese afirmando: "(...) essa Colenda Turma não se pronunciou a respeito das alegações do EMBARGANTE, principalmente no que diz respeito aos arts. 757 e 760 do Código Civil, e ao art. 70, III, do Código de Processo Civil (...)".



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Ao final, requer a admissão do recurso nos efeitos devolutivo e interruptivo, para que sejam supridas as omissões existentes, requerendo ainda a pronuncia expressa acerca das questões suscitadas para fins de prequestionamento.

É o relatório, no essencial. Dispensado de inclusão em pauta nos termos do art. 85, "d", do RITJPE.

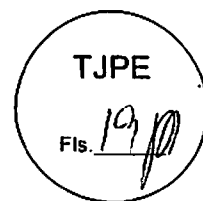
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



059

2ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 145252-8/02 e 145252-8/01

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

EMBARGANTES: EMPRESA PEDROSA LTDA e HSBS SEGUROS BRASIL S/A

EMBARGADO: ERNANDES NEVES CRISTIANO

V O T O

A tese da Embargante EMPRESA PEDROSA LTDA procura apenas repisar questões já esmiuçadas, sob pretexto de enquadramento nas hipóteses do art. 535, I, do CPC.

Opõem-se especificamente quanto à errônea imputação da responsabilidade objetiva à empresa, com base no art. 37, § 6º da CF, em relação ao acidente sofrido pelo Embargado, tendo em vista o mesmo não ter sido provocado em razão do contrato de transporte, já que o dano produzido fora em razão de atropelamento.

Não há de se falar, no caso, em omissão ou contradição do Acórdão no tocante ao argumento supracitado. A decisão embargada não foi omissa, e nem padece de obscuridade ou contradição, pelo contrário, foi clara ao sustentar a aplicação de expressa previsão constitucional.

Nessa esteira, transcrevo trecho do voto (fls. 278 B), a fim de dirimir dúvidas porventura existentes: (g. n.)

.....

*"Observo, de logo, ser irretorquível o entendimento do juiz a quo quanto à responsabilidade objetiva da Apelante. A hipótese dos autos é de típica aplicação do art. 37, § 6.º, da Constituição Federal de 1988 (As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.), consoante posição consolidada na jurisprudência pátria, reafirmando a responsabilidade objetiva das pessoas de direito privado prestadoras de serviços públicos pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.*



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Azevedo

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

060

Ora, sendo a Apelante empresa de transporte coletivo de passageiros, concessionária/permissionária de serviço público, é inegável o enquadramento da situação em tela no dispositivo mencionado, não cabendo ao intérprete excluir tais empresas do seu alcance. Destarte, no presente caso, é desnecessário perquirir sobre a culpa do motorista, face à responsabilidade objetiva da Apelante. A questão a ser dirimida no presente recurso é a existência de culpa exclusiva da vítima, a romper o nexo de causalidade necessário à imputação à empresa Apelante da responsabilidade pelos danos derivados do atropelamento. Em outras palavras, o trabalho consiste em averiguar se o agir da vítima foi suficiente para causar o acidente, de modo que o nexo com o dano seja da conduta da vítima, e não do preposto da Apelante"

.....

Sendo assim, pela leitura do dispositivo acima, entendo não existir contradição ou obscuridade quanto a análise do argumento levantado pela empresa em sede de apelação, restando completa a prestação jurisdicional.

Tal entendimento está em consonância com a doutrina, e a maioria da jurisprudência pátria. Na realidade, a Embargante, inconformada com a decisão desta Corte, requer a alteração do julgado, forçando reexame de pontos sobre os quais já houve manifestação judicial inequívoca.

Mostra-se claro o inconformismo da parte ao rediscutir a questão de fundo objeto da demanda, o que é vedado na estreita via dos embargos declaratórios, sobretudo porque os tópicos suscitados apenas demonstram sua relutância em aceitar as conclusões lançadas no julgado recorrido.

Nesse diapasão, cumpre colacionar recentes acórdãos do C. STJ, aplicáveis *mutatis mutandis* ao caso em apreço, com grifos nossos:

.....

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7/STJ E 283/STF. OMISSÃO E OBSCURIDADE INEXISTENTES. 1 - Os embargos de declaração constituem recurso de rígidos contornos processuais, cabíveis nas hipóteses enumeradas no



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 20/21

061

artigo 535 do Código de Processo Civil. *Inocorrentes a omissão e a obscuridade alegadas, não há como prosperar o inconformismo, cujo real intento é a obtenção de efeitos infringentes. II - No caso em questão o embargante limitou-se a reeditar as teses apresentadas no recurso especial e no agravo regimental, revelando o propósito de obter novo julgamento da controvérsia. III - Embargos de declaração rejeitados. (IDcl no AgRg no REsp 819.484/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 1ª T, DJ 01.02.2007 p. 424).*

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MILITAR. VIOLAÇÃO AO ART. 535, I, DO CPC. INEXISTÊNCIA. RECURSO QUE NÃO INFIRMA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO ATACADA. SÚMULA 283/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INEXISTÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E O ARESTO PARADIGMA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Conforme previsto no art. 535 do CPC, os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não ocorre omissão no acórdão recorrido quando a Turma Julgadora pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão, não estando o magistrado obrigado a examinar, uma a uma, todas as alegações aduzidas pela parte. (...)4. Recurso especial conhecido e improvido. (REsp 746258/MG, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, julgado em 14.06.2007, DJ 06.08.2007 p. 626)

Ora, se a parte diverge dos argumentos esposados no aresto, não é o caso de suscitar omissões, contradições inexistentes, e sim de recorrer através das vias próprias.

Desta forma, pela sua própria natureza jurídica, os embargos declaratórios devem referir-se a ponto sobre o qual houver omissão, obscuridade ou contradição da decisão, não podendo dirigir-se contra fatos e argumentos já decididos com clareza.

Passo à análise dos argumentos do Embargante HSBC SEGUROS BRASIL S/A, articulados sob pretexto de enquadramento na hipótese do art. 535, II, do CPC. Afirma terem sido violados os seguintes dispositivos legais: 757 e 760 do Código Civil<sup>1</sup>, e art. 70, III, do Código de Processo Civil.

<sup>1</sup> Art. 757. Pelo contrato de seguro, o segurador se obriga, mediante o pagamento do prêmio, a garantir interesse legítimo do segurado, relativo a pessoa ou a coisa, contra riscos predeterminados.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Parreira de Moraes

TJPE

Fls. \_\_\_\_\_

062

O Embargante HSBC SEGUROS BRASIL S/A fundamenta seu recurso também com base na falta de exame acerca da responsabilidade subjetiva pelo acidente, pois o caso foi de culpa exclusiva da vítima, não havendo, portanto, obrigação de indenizar.

A problemática da responsabilidade a ser imputada ao caso em comento foi dirimida na apreciação do aludido no primeiro recurso, o caso é, como exposto, de responsabilidade objetiva estabelecida pela Constituição Federal pátria, em seu art. 37, § 6º.

O art. 70, III, do CPC trata da denunciação à lide, segundo a Embargante houve omissão no concernente ao exame deste instituto. Para afastar a omissão suscitada transcrevo trecho do julgado, *in verbis* (g.n.):

.....

(...) Da mesma forma, assiste razão à Apelante quanto à condenação da seguradora litisdenunciada na cobertura do evento em tela, pois o contrato, acostado às fls.60-64, prevê expressamente a hipótese, verbis:

.....

*"O presente seguro tem por objeto garantir ao segurado, até o limite máximo da importância segurada, o reembolso:*

*a) das indenizações que for obrigado a pagar, em virtude sentença judicial transitada em julgado ou acordo autorizado de modo expreso pela seguradora, por danos involuntários, pessoais e/ou materiais, causados a terceiros durante a vigência deste contrato, e que decorram de risco coberto nele previsto.*

*b) das despesas efetuadas com custas judiciais de foro civil...*

**RISCO COBERTO**

*Considera-se riscos cobertos a responsabilidade civil do segurado, que decorra de acidente causado pelos veículos da frota e de propriedade exclusiva das Empresas seguradas discriminados na apólice, que trafeguem em linhas regulares na área metropolitana do Grande*

---

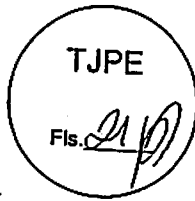
Parágrafo único. Somente pode ser parte, no contrato de seguro, como segurador, entidade para tal fim legalmente autorizada.

Art. 760. A apólice ou o bilhete de seguro serão nominativos, à ordem ou ao portador, e mencionarão os riscos assumidos, o início e o fim de sua validade, o limite da garantia e o prêmio devido, e, quando for o caso, o nome do segurado e o do beneficiário.

Parágrafo único. No seguro de pessoas, a apólice ou o bilhete não podem ser ao portador.



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça do Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



063/

Recife, compreendendo os municípios do Recife, Olinda, Paulista, Abreu e Lima, Igarassu, Itamaracá, São Lourenço da Mata, Camaragibe, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Cabo, dentro da jurisdição reguladora do transporte coletivo. (...)

Isto posto, não se constituindo a via aclaratória sucedânea de recurso para reformar a decisão proferida, nem estando configurada qualquer das hipóteses previstas nos incisos I e II, do art. 535, do CPC, inexistindo controvérsia a ser prequestionada, **CONHEÇO e REJEITO AMBOS OS EMBARGOS.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator